

MAGALHÃES, Olinto de

*diplomata; min. Rel. Ext. 1898-1902; dep. fed. MG 1921-1926.

Olinto Máximo de Magalhães nasceu em Barbacena (MG) em 11 de janeiro de 1867, filho de José Máximo de Magalhães e de Porfíria Heliodora Marques de Magalhães. Estudou em sua cidade natal no Colégio Providência, antecessor do Colégio Abílio, do barão de Macaúbas, e fez o curso preparatório no Colégio Paixão, no município fluminense de Petrópolis. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887 e depois estudou clínica cirúrgica em Paris.

Apoiou o movimento republicano e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Após a promulgação da primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito para o primeiro Congresso Constituinte de seu estado natal. Em 1892, por indicação do presidente Floriano Peixoto (1891-1894), que era amigo seu e de seu pai, foi nomeado segundo-secretário da legação brasileira em Viena, na Áustria-Hungria. Pouco depois, foi transferido para os Estados Unidos, onde serviu como segundo-secretário junto à missão especial que advogou os direitos do Brasil em Washington, no arbitramento da questão de Missões. A missão foi liderada por José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, e contou ainda com a participação dos também secretários Domício da Gama e Domingos Olímpio Braga Cavalcanti, do contra-almirante José Cândido Guilhobel e do general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Segundo Luís Viana Filho, o barão do Rio Branco procurou se informar sobre os integrantes da missão antes que chegassem a Washington, e a respeito de Olinto de Magalhães foi-lhe dito que não falava inglês, já havia servido em Viena, fora médico de Floriano Peixoto e era padrinho do filho do marechal. A questão das Missões envolveu o Brasil e a Argentina e girou em torno da posse do território conhecido como Missões. Foi arbitrada com ganho de causa para o Brasil pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, em 1895.

Ao término dessa missão, Olinto de Magalhães foi transferido para Vera Cruz, no México, como encarregado de negócios, e ali lhe tocou presidir o Congresso de Americanistas de 1895. Logo em seguida foi transferido para Paris como plenipotenciário, em 1897 foi designado para São Petersburgo e em 1898 para Berna. Foi então convidado pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902) para ocupar a pasta das Relações Exteriores. O convite ocorreu quando participava de jantar em Paris organizado pelo barão do Rio Branco em homenagem a Campos Sales, que se encontrava em viagem pela Europa. Ainda de acordo com Luís Viana Filho, Olinto de Magalhães titubeou frente ao convite, por ser muito jovem e considerar-se despreparado. Contudo, após intermediações de amigos, entre eles o próprio barão do Rio Branco, acabou por aceitá-lo.

Manteve-se à frente do Itamarati durante todo o quadriênio seguinte, apenas com breve interrupção ocasionada pela viagem do chefe de Estado a Buenos Aires, em 1900, durante a qual, seguindo também para o rio da Prata, passou o ministério interinamente a Joaquim Tomás do Amaral, o visconde de Cabo Frio. Sua longa permanência no cargo contrastou com o rodízio de ministros na pasta das Relações Exteriores que caracterizou os três governos anteriores. Segundo Clodoaldo Bueno, esse rodízio teria sido gerado por uma ausência de diretrizes na política externa brasileira.

Importantes negócios diplomáticos foram tratados pela Chancelaria durante a presidência de Campos Sales, entre eles a questão de limites entre o Brasil, a Inglaterra e França. Inicialmente, o barão do Rio Branco recebera a incumbência de defender o Brasil frente aos dois países. Contudo, diante da enorme demanda da missão, preferiu se ater ao litígio com a França e acabou por sugerir Joaquim Nabuco para a defesa brasileira frente à Inglaterra. A recomendação foi acatada por Olinto de Magalhães e pelo presidente Campos Sales, e Nabuco foi convidado por ambos a dirigir a questão de limites do Brasil com a Inglaterra acerca das fronteiras com a Guiana, em 5 de março de 1899.

Na época, Sousa Correia era o ministro plenipotenciário brasileiro na Inglaterra e gozava da amizade do primeiro ministro britânico Lord Salisbury. As sugestões para o arbitramento da questão eram, contudo, discordantes, pois a Inglaterra preferia um tribunal, enquanto o Brasil tinha preferência por um chefe de Estado estrangeiro para decidir o litígio. A posição brasileira acabou se sobrepondo, e Nabuco, o barão do Rio Branco e Sousa Correia deliberaram que o chefe de Estado mais favorável ao Brasil seria o grão-duque de Baden. A indicação foi surpreendentemente aceita por Salisbury, mas foi recusada por Olinto de Magalhães, que alegou ser o grão-duque de Baden apenas um suserano e não um chefe de Estado. Assim, a missão brasileira liderada por Nabuco optou por um acordo e não pelo arbitramento, por considerar que a primeira solução lhe seria mais favorável, visto que o árbitro desejado não fora aceito.

Nesse ínterim, o barão do Rio Branco venceu o litígio com a França em torno do território do Oiapoque, que foi arbitrado pelo Conselho Federal suíço, e a Inglaterra viu que não podia subestimar o Brasil acerca de questões de fronteiras. Por outro lado, o governo Campos Sales se aproximava do fim, e tanto o presidente como Olinto de Magalhães reconheceram que seria uma demonstração de fraqueza fazer um acordo amigável com a Inglaterra. Com isso, foi decidido por ambos os países contendores que a questão seria arbitrada por Vítor Emanuel, rei da Itália. A escolha do árbitro foi criticada por Nabuco e sua equipe e pelo barão do Rio Branco, que alegaram estar a Itália sujeita ao poder britânico. Todavia, Olinto de Magalhães e o presidente Campos Sales concordaram com a escolha, que, de fato, se revelou prejudicial ao Brasil quando o rei italiano divulgou a sua

decisão, em junho de 1904. Nesse momento, o Brasil já tinha outro governo e outro chanceler.

Terminada sua gestão no ministério, Olinto de Magalhães retornou em 1903 a seu posto em Berna, na Suíça. Foi depois removido para Paris, onde se manteve por vários anos, competindo-lhe dirigir a missão brasileira durante o agitado período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Após o término do conflito mundial, foi delegado do Brasil à Conferência de Paz de Versalhes, em 1918, sob a chefia de Epiácio Pessoa.

Aposentado, foi eleito deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1921-1923. Reeleito para o período seguinte, exerceu o mandato até 1926. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1948.

Era casado com Isabel Porciúncula de Magalhães.

Cristina Luna/ Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 201); KOIFMAN, F. *Quixote*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1898, 1899, 1900, 1901, 1902); MONTEIRO. N. *Dicionário* (v.2, p. 393-394); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30/9/2010; VIANA FILHO, L. *Vida*.